



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
18º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO

PROVA ESCRITA ESPECÍFICA – 02.10.2021

DIREITO CONSTITUCIONAL

TODAS AS RESPOSTAS DEVEM SER FUNDAMENTADAS, MENCIONANDO-SE,
SEMPRE QUE FOR O CASO, A LEGISLAÇÃO PERTINENTE.

1ª Questão (25 pontos)

O Secretário de Saúde do Estado recebeu uma deliberação do Conselho Estadual de Saúde sobre a necessidade de modificação substancial de uma política de enfrentamento a doença infectocontagiosa em comunidades carentes, que havia sido editada com base em manifestação técnico-científica de órgão interno. Diante disso, o Secretário consulta a sua assessoria jurídica para manifestação sobre: (i) a necessidade de observância à deliberação do Conselho de Saúde; e (ii) a possibilidade de extinção do Conselho de Saúde por lei estadual. Como Procurador do Estado e assessor jurídico da Secretaria de Saúde, responda à consulta, manifestando-se especificamente sobre os fundamentos constitucionais para a sua resposta.

2ª Questão (25 pontos)

Suponha que o Supremo Tribunal Federal, apreciando uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, tenha invalidado lei que regulava o reconhecimento e titulação de terras ocupadas por comunidades tradicionais ribeirinhas e caiçaras. A lei determinava a desapropriação das referidas áreas, quando registradas em nome de particulares e não usucapidas, com sua subsequente titulação coletiva em nome das referidas comunidades. A decisão do STF afirmou a impossibilidade de imposição legislativa de desapropriação.

Anos depois, diante de grande pressão de movimentos sociais reivindicatórios, o legislador cogita editar norma com conteúdo idêntico ao que fora invalidado. Opine sobre a constitucionalidade da medida.

3ª Questão (25 pontos)

Uma empresa pretende obter autorização para prestação de serviço público de titularidade da União. Para prestar tal serviço, ela necessita adquirir um terreno, cujo proprietário, vislumbrando a sua valorização, exige preço exorbitante. A empresa procura o Estado, demonstrando o enorme investimento que pretende realizar. A empresa afirma que o Estado, no exercício de sua política industrial, pode desapropriar o terreno para repassar a ela, que se comprometeria a arcar com todos os custos de aquisição do imóvel. Analise a constitucionalidade da medida.

4ª Questão (25 pontos)

Analise a aplicabilidade da garantia de irretroatividade em relação a (i) dispositivo constitucional originário; (ii) emenda constitucional; e (iii) legislação infraconstitucional.